MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E DOS CULTOS

Direcção Geral da Justiça e dos Cultos

2.ª Repartição

Decreto n.º 9:281

Havendo-se tornado tumultuosa a sessão destinada à eleição do júri comercial da comarca de Lisboa, que devia ter lugar no dia 25 do mês de Novembro findo, e dando-se ainda o caso de não ter sido organizado o recenseamento dos jurados, deixou por tais motivos de se proceder à eleição ou sorteio do júri, que, nos termos dos artigos 67.º e § único e 76.º e § único do Código do Processo Commercial, deverá funcionar durante o ano próximo, e sendo indispensável e urgente, para que o serviço judicial não sofra interrupção, designar novos prazos para as diversas operações do recenseamento, a fim de que sem demora possa realizar-se a eleição ou sorteio do júri: hei por bem decretar que o recenseamento do júri comercial na referida comarca de Lisboa esteja organizado; nos termos dos artigos 59.º e 60.º do citado Código do Processo Commercial até o dia 11 do corrente mês de Dezembro, afixando-se o mapa a que se refere o artigo 62.º do dito Código, no dia 12, o qual estará em reclamação até o dia 17, e os recursos serão julgados até o dia 21, devendo proceder-se à eleição no dia 22.

O Ministro da Justiça e dos Cultos assim o tenha

entendido e faça executar. Paços do Governo da República, 10 de Dezembro de 1923.— MANUEL TEIXEIRA GOMES — *Artur Alberto Camacho Lopes Cardoso.*

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Direcção Geral da Fazenda Pública

Repartição de Finanças

Decreto n.º 9:282

Atendendo à urgente necessidade de resolver sobre o contrato pendente entre o Governo e o Banco de Portugal, para execução da lei n.º 1:501, sob proposta do Ministro das Finanças e no uso da faculdade concedida pelo n.º 3.º do artigo 47.º da Constituição Política da República Portuguesa: hei por bem determinar que o presidente da assemblea geral do mesmo Banco possa reduzir a cinco dias o prazo de intervalo entre a convocação da assemblea geral, segundo o artigo 90.º dos seus estatutos, e a sua reunião, a fim de que esta possa legalmente realizar-se com urgência, como para a primeira convocação está estatuído.

Paços do Governo da República, 10 de Dezembro de 1923.— MANUEL TEIXEIRA GOMES — *Francisco Pinto da Cunha Leal.*

Direcção Geral da Contabilidade Pública

Repartição Central

Por ter sido publicada com inexactidão a aplicação das tabelas que faz parte do decreto n.º 9:275, de 6 do corrente, publicado no *Diário do Governo* n.º 259, 1.ª série, do mesmo dia, novamente se publica o seguinte:

Aplicação das tabelas

As tabelas estão organizadas pela aplicação do coeficiente, actualmente em vigor, às pensões iniciais desde 1\$ até 123\$, variando de um em um escudo. É o coeficiente 10.

Para determinar a pensão melhorada correspondente a uma determinada pensão inicial, entra-se com esta na primeira coluna e à frente, na mesma linha horizontal, encontrar-se há imediatamente a pensão melhorada para 1, 2, 3, 4 ou 5 herdeiros.

Ex. — Pensão de 35\$ para dois herdeiros, igual a 222\$03.

Pensão de 65\$ para três herdeiros, igual a 309\$69, mas como esta é superior a 300\$, só se receberá esta quantia.

No caso de a pensão inicial estar intercalada entre duas das contidas na escala, obter-se-há por interpolação a pensão melhorada.

Ex. — Pensão de 36\$25 para 2 herdeiros:

A interpolação faz-se do seguinte modo:

Para	37\$00	224\$31
Para	36\$00	223\$17

Diferença 1\$00 1\$14

e então diremos:

$$\begin{aligned} \text{se a } 1\$ \text{ corresponde } & 1\$14 \\ \text{a } 25 \text{ corresponde } & x \\ x = \frac{1\$14 \times 25}{100} & = 0\$28 \end{aligned}$$

e portanto a 36\$25 corresponde 223\$45.

A regra é: — Multiplicar a diferença das pensões melhoradas extremas (1\$14) pela diferença entre a pensão inicial dada e a imediatamente inferior inscrita na tabela (25); dividir o produto por 100 e juntar esse cociente à menor pensão melhorada.

Quando porventura haja modificação do coeficiente, servirão de percentagens inscritas na 2.ª coluna, para, por meio das regras da lei n.º 1:355, se calcular a pensão melhorada para um herdeiro. Multiplicando essa percentagem pela pensão inicial, ter-se há a cota valorizável, à qual se aplicará o coeficiente, como nos outros casos, para se obter a pensão melhorada.

Para se obter a pensão para 2, 3, 4 ou 5 herdeiros, basta multiplicar a pensão de um herdeiro pelos respectivos coeficientes.

Paços do Governo da República, 6 de Dezembro de 1923.— *Francisco Pinto da Cunha Leal.*